



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Proença Leite, Rogerio

Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas

Sociedade e Cultura, vol. 8, núm. 2, julho-dezembro, 2005, pp. 79-89

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70380206>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Patrimônio e consumo cultural em cidades enobrecidas*

ROGERIO PROENÇA LEITE**

Resumo: Este artigo analisa os processos contemporâneos de transformações do patrimônio cultural em mercadoria, no âmbito políticas de gentrification, tendo como referente empírico o caso do antigo Bairro do Recife, em Pernambuco, Brasil. O argumento central da reflexão refere-se aos processos de retraditionalização dos espaços enobrecidos e as implicações para a qualificação de certos espaços urbanos como espaços públicos.

Palavras-chave: patrimônio cultural; retraditionalização; espaço público; Recife antigo.

Muitos já assinalaram os limites práticos que os desenraizamentos culturais de certos espaços das cidades modernas provocam nos sentidos ontológicos cotidianos. Em contextos culturais de consumo, esses desenraizamentos tanto podem significar um alargamento quanto uma limitação das possibilidades de uso dos lugares.¹ À primeira vista, lugares com características culturais locais atenuadas seriam mais propícios às práticas extensivas de consumo, na medida em que a ausência de fortes características tradicionais possibilitaria um fluxo mais eficaz de componentes globais da cultura. Contudo, lugares muito desenraizados de suas inscrições culturais locais são igualmente pouco consumíveis, posto que a tradição também é um componente cambiável nas interações sociais contemporâneas, mediadas como são pelas práticas de consumo (Appadurai, 1986). Ademais, a flexibilização dos conteúdos culturais

desses lugares de consumo tem seu limite na fronteira do comprometimento das bases ontológicas da segurança.

Os espaços urbanos enobrecidos são precisamente um desses lugares de consumo, nos quais os processos contemporâneos de gentrification² promovem um duplo movimento: ajustam flexibilizações dos conteúdos culturais locais ao mesmo tempo em que reabilitam certos conteúdos culturais locais, objetivando a retraditionalização desses nichos urbanos de consumo, mediante a inserção de eventos da cultura popular local como forma de legitimar as intervenções urbanas com base numa suposta tradição cultural comum. Nesse ponto reside um dos desafios dos processos de gentrification, que pretendemos aqui discutir: como conciliar a necessária flexibilização dos conteúdos culturais,

* Uma primeira versão deste artigo, baseado em partes do livro *Contra-usos da cidade* (Ed. Unicamp, 2004), foi apresentada no grupo de trabalho *Consumos Culturales: Práticas, Mercados y Políticas* da Clacso, durante o XXV Congresso Alas – Asociación Latinoamericana de Sociología. Porto Alegre, Brasil, agosto de 2005.

** Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor do PPGS da UFS, pesquisador nível 2 do CNPq e coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais – UFS.

1. Como já sugeri anteriormente (Leite, 2004), podemos entender os lugares como demarcações físicas e simbólicas no espaço, cujos diferentes usos os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente.

2. Conforme discuti em trabalhos anteriores (Leite, 2002; 2004), por gentrification entendo, baseado em Smith (1996), Zukin (1995), Featherstone (1995) e Harvey (1992), aquelas intervenções urbanas voltadas ao city marketing, cujas práticas compreendem um conjunto de intervenções voltadas à transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural.

que permite a inserção desses espaços no fluxo mundial de consumo simbólico, com a igualmente necessária retraditionalização, que legitima cultural e politicamente os processos de enobrecimento urbano.

Desencaixes e retraditionalização

Sabe-se que situações normativas de tradição compartilhada tendem a gerar laços estáveis de solidariedade, reforçando aquilo que Giddens (1991) chamou de efeito psicossocial da crença comunal ou o que Anderson (1991) destacou como sublimação das diferenças para uma fraternal relação comunitária. Contudo, a ambivalência do efeito normativo das tradições encontra sua mais aguda expressão no que Hall (1995) denominou de “descentramento do sujeito moderno” para designar o processo de fragmentação dos lastros nacionais que balizam a estruturação das identidades na contemporaneidade.

Os fluxos mundiais de pessoas, signos, informação e capital que se entrecruzam no espaço-nação podem significar uma alteração substantiva nos laços constitutivos da “segurança ontológica” (Giddens, 1991), que tradicionalmente constituíam parâmetros para as identidades locais. Outras formas de representação surgem, deslocando o eixo da identidade e da segurança dos sujeitos para formas mais nucleares de significações partilhadas, a exemplo das subculturas urbanas e seus lugares, que formam as “comunidades reflexivas” a que se referia Scott Lash (1997). É nessa exata direção que Habermas (1995) vai igualmente destacar o enfraquecimento dos sistemas gerais de legitimação cultural para assegurar os vínculos democráticos dos Estados-nações europeus, para cujo problema sugerirá a superação das tradições oficiais unilaterais e a criação de uma normatividade essencialmente jurídica, desprovida de um conteúdo cultural específico (Leite, 1998).

No contexto propriamente urbano das metrópoles, as reconfigurações contemporâneas desses lugares das tradições têm deslocado as práticas sociais cotidianas para contextos indefinidos no tempo e no espaço (Harvey, 1992). Esses lugares da memória deixam de expressar

apenas os sentidos da localidade que representam, para incorporar em sua própria constituição elementos que são globais (Giddens, 1991, p. 110). A permanência concomitante desses traços globalizados em esferas localizadas da vida social explicita como os processos de globalização se associam a contextos tradicionais, definindo uma “modernização reflexiva” (Giddens, 1997). Duas derivações surgem com esses processos de desencaixes: 1) ao deslocamento das relações sociais correspondem inversamente processos de reencaixe, e 2) a destraditionalização – que “dissolve” a localidade – refaz os costumes locais e os tornam relíquias. Por “reencaixe”, entende Giddens a “reapropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las (embora parcial ou transitoriamente) a condições locais de tempo e lugar” (Giddens, 1991, p. 83).

De alguma forma, esse reencaixe significa uma realocação dos processos sociais, ainda que os processos de desencaixe permaneçam alterando os significados contextuais da localidade. Essa combinação permite compreender a complexa articulação entre o global e o local no interior da modernização reflexiva. As tradições, que encontram sua mais nítida expressão no seu enraizamento local, são reelaboradas à luz dos processos que ultrapassam o âmbito da nação. Em uma relação de reflexividade típica da alta modernidade, o lastro referente das idéias mais recorrentes de identidade nacional precisa ser ampliado para que as expressões tradicionais e localizadas da cultura possam dialogar com essa intensificação dos fluxos de informação, signos e capitais que desencaixam as relações sociais e as lançam para interações diversas e indefinidas no tempo e no espaço. Uma importante consequência desses processos que elucidam a articulação reflexiva entre o global e o local é a transformação do costume local em relíquia, como forma de realocar a tradição em contextos marcados pela destraditionalização, que pode ser entendida exatamente como a remodelação dos costumes locais pelas influências externas, por meio da qual os costumes continuam a existir na forma alterada de seus significados como relíquia ou hábito (Giddens, 1997).

Mercado de relíquias: consumo cultural e gentrification

Uma das mais recorrentes características das práticas de gentrification tem sido exatamente essa realocação da cultura, pela qual as tradições são reelaboradas e passam a dialogar em estado alterado com os processos e/ou produtos do mercado simbólico de bens culturais. Esse aspecto caracteriza a tendência predominantemente híbrida da cultura na alta modernidade, cujos termos “glocal” ou “glocalização” sobressaem-se como expressões que anunciam o caráter liminar da experiência social contemporânea (Featherstone, 1997; Canclini, 1996; Giddens, 1991; Hall, 1995).

Sobre esse aspecto, Carlos Fortuna (1997), ao analisar a “revitalização” da cidade de Évora, em Portugal, chama de “conservação inovadora do elemento tradicional” o processo que tenta justamente adequar as tradições locais às demandas globais do consumo cultural. Essa dimensão de consumo, típica das políticas de gentrification, tem atualizado, como ressalta Featherstone (1995), os nexos entre cultura de consumo e produção de mercadorias na sociedade contemporânea:

[...] em primeiro lugar, na dimensão cultural da economia, a simbolização e o uso de bens materiais como ‘comunicadores’, não apenas como utilidades; em segundo lugar, na economia dos bens culturais, os princípios do mercado – oferta, demanda, acumulação de capital, competição e monopolização – que operam ‘dentro’ da esfera dos estilos de vida, bens culturais e mercadorias. (Featherstone, 1995, p. 121)

Gostaria aqui de retornar uma reflexão já feita anteriormente (Leite, 2004) sobre consumo cultural. Embora o argumento fundamental que justifica as atuais políticas culturais de gentrification continue baseando-se na idéia de tradição, ocorre uma alteração no modo de operar esse conceito, na medida em que pressupõe uma retomada da idéia de patrimônio nacional, acrescida de uma concepção mercadológica que trata esse patrimônio como mercadoria cultural. Essa dimensão mercadológica implica que a racionalidade da preservação tem

seu foco direcionado para as práticas que podem agregar valor aos bens culturais, no sentido de possibilitar uma rentabilidade dos investimentos aplicados, acrescidos dos lucros potenciais que o bem restaurado pode propiciar. Falar do patrimônio como mercadoria cultural significa ressaltar seu valor de troca, a partir da ampliação do espectro econômico dos seus valores de uso. O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando em uma espécie de “fetichização” da cultura. Os chamados bens culturais retêm um conjunto diverso de valores que, como ressalta Ulpiano Menezes:

[...] são sempre fruto das relações dos homens entre si, não das relações diretas dos homens com os objetos. Deslocar tais atributos das relações para as coisas é o que se chama reificação, fetichização, e que é fonte de alienação permanente. (Menezes, 2000, p. 37)

Creio que, neste ponto, seria necessário falar de duas dimensões do consumo presentes nesse contexto: a primeira refere-se à dimensão propriamente econômica da troca, relativa à apropriação de mercadorias e definida pelas possibilidades financeiras de acesso aos produtos e serviços disponíveis no mercado. A outra relaciona-se aos significados culturais do ato simbólico de consumir, como prática social que diferencia gostos e estilos de vida e demarca, como ressalta Featherstone, relações sociais:

Se é possível afirmar o funcionamento de uma ‘lógica do capital’ derivada da produção, talvez seja possível afirmar também uma ‘lógica do consumo’, que aponta para os modos socialmente estruturados de usar bens para demarcar relações sociais. (Featherstone, 1995, p. 35)

Essa lógica do consumo, aplicada às práticas interativas nos espaços de gentrification, acrescenta ao tema do patrimônio a possibilidade de entender como se estruturam sociabilidades públicas marcadas pela socioespacialização das diferenças que se afirmam, também, com base nas distintas formas de consumir os bens

culturais. Antônio Arantes retoma esse debate sobre o papel do mercado nas práticas culturais para ressaltar que “[...] longe de simplesmente gerar homogeneidade, o mercado estimula a geração e a circulação de todo tipo de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e de diferença” (Arantes, 2000, p. 64).

O sentido do consumo cultural, portanto, deve ser entendido como uma prática que ultrapassa a racionalidade instrumental do ato de comprar produtos, na direção que afirma usos e processos de apropriação de signos. E essa lógica da troca de signos, como assinala Baudrillard (1981), tem como meta a produção de singularidades. Embora esse autor exacerbe a noção de sentido das práticas de consumo, com sua noção de “valor de troca-signo” (o que muitas vezes resulta em uma discutível negação das necessidades reais subjacentes aos valores de uso das mercadorias no ato das trocas), ele assinala a dimensão simbólica do consumo, que permite ajustar o conceito para além de um mecanismo puramente econômico. Para Baudrillard, existe socialmente uma

[...] urgência vital de ter de produzir-se como sentido num sistema de trocas e de relações. Simultaneamente com a produção de bens, há urgência em produzir significações, sentidos, em fazer com que exista o um-para-o-outro antes que o um e o outro existam para si. (Baudrillard, 1981, p. 74)

Essa dupla perspectiva, de ser um objeto-mercadoria e um objeto-significado, foi igualmente analisada por Bourdieu em sua Economia das trocas simbólicas. Para esse autor, os valores mercantil e cultural subsistem com relativa independência, “[...] mesmo nos casos em que a sanção econômica reafirma a consagração cultural” (Bourdieu, 1999, p. 103). O que ambos, Baudrillard e Bourdieu, pretendem assinalar, cada um a seu modo, é tanto o caráter simbólico das trocas quanto a dimensão econômica da cultura.

Modos de vestir-se, comer, percorrer certos itinerários urbanos, ocupar certos espaços e transformá-los em lugares (ainda que efêmeros), nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e demarcar maneiras

específicas de pertencimento. Por essa razão, e considerando o consumo cultural como “[...] el conjunto de procesos de apropiación y usos de productos en los que el valor simbólico prevalece sobre los valores de uso y de cambio, o donde al menos estos últimos se configuran subordinados a la dimensión simbólica” (Canclini, 1993, p. 34), os diferentes sentidos atribuídos aos lugares, e a forma como são apropriados (consumidos), demarcam as tensões e disputas em torno dos usos e sentidos atribuídos aos espaços urbanos como espaços públicos.

Desse modo, e pensando que “consumir es también, por lo tanto, intercambiar significados” (Canclini, 1993, p. 29), a dimensão econômica do consumo (relacionada às necessidades) pode restringir as possibilidades interativas no contexto das práticas de gentrification, mas o consumo cultural (relacionado aos sentidos ampliados dos usos), ao invés de concorrer para o esvaziamento do espaço público, pode indicar a complexa e ambivalente permanência de uma dissensão política dos lugares, que se nutre dos diferentes usos e consumos dos lugares. Essa ambigüidade cultural do patrimônio, pensada por meio da noção de uso, remete o tema aos desafios de construir uma identidade política no interior de uma sociedade que se pretende democrática. Assim, e para além de uma perspectiva oficial que toma para si o suposto saber relativo aos significados dos bens a serem tombados, é possível compreender o patrimônio antes pelos significados a ele atribuídos, como ressalta Durham: “Nessa perspectiva, devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade” (Durham, 1984, p. 30).

O processo de atribuição do valor aos bens culturais retém, assim, uma dimensão essencialmente política, quando pensada nos termos propostos por Durham. O uso (ou o “valor-signo”, nos termos de Baudrillard) que faz de um bem cultural em uma sociedade de consumo pode muitas vezes estar em conflito com o valor econômico a ele atribuído, uma vez que toda dimensão valorativa implica necessariamente

escolhas, formas e perspectivas de olhar e se relacionar com um bem cultural. Duas modalidades de valor cultural definidas por Menezes (2000) ajudam a esclarecer a natureza dos valores de uso de um bem cultural, sobre o qual falam Durham, Arantes e Canclini. Menezes refere-se ao “valor afetivo” e ao “valor pragmático” dos bens culturais. O primeiro diz respeito “[...] às relações subjetivas dos indivíduos (em sociedade) com espaços, estruturas, objetos [...] que alimentam os processos identitários ou da memória social” (Menezes, 2000, p. 38). O “valor pragmático”, por sua vez, pode ser entendido como “os valores de uso percebidos como qualidades” (Menezes, 2000, p. 38). Uma noção de uso que recupere os sentidos atribuídos pela sociedade aos bens culturais deveria conjugar o “valor efetivo”, que recupera o sentido de “pertença” dos indivíduos, e o “valor pragmático”, que implica o uso qualificado dos bens sem operar qualquer redução a um único uso específico. Negligenciar essa noção ampliada de uso pode contribuir para uma redução do espectro valorativo de um bem cultural, na medida em que o consideraria apenas como uma mercadoria passível de troca, com base em uma necessidade específica.

Como símbolo, um bem cultural aumenta seu valor de troca na razão direta em que seus valores de uso, definidos por diferentes agentes, se diversificam. Appadurai (1986) destaca, sobre esse aspecto, o caráter assimétrico dos valores culturais das mercadorias. Nem sempre as trocas simbólicas, que envolvem mercadorias culturais, apresentam uma equivalência de valores e sentidos iguais entre as partes, como as trocas econômicas pressupõem. Os “regimes de valor”, como define o autor, dependem das especificidades dos significados contextuais e culturais da troca:

The variety of such contexts [contextos de trocas simbólicas], within and across societies provides the link between the social environment of commodity and its temporal and symbolic state. (Appadurai, 1986, p. 15)

As práticas de gentrification distinguem-se, portanto, de outras formas tradicionais de atribuição de valor e preservação do patrimônio,

ao utilizar uma forma abrangente de seleção dos bens, baseada em critérios que vão além de uma concepção valorativa de nação. No entanto, as políticas de preservação que se apóiam na discutível idéia de uma memória nacional (ou local), ou as que se orientam pela não menos discutível lógica do consumo, são formas igualmente seletivas de intervenção e apropriação simbólica, construídas com base em determinadas concepções sociais: uma supõe eficaz uma memória compartilhada para ações convergentes no interior de uma nação (ou de uma localidade que a represente); a outra canaliza o valor potencial de ações de consumo no interior do mercado cultural.

Uma outra distinção é ainda necessária para precisar a noção de consumo cultural nas práticas de gentrification. Embora existam algumas relações aproximativas, as políticas de gentrification não se confundem com certos fenômenos denominados como indústria cultural. Essa expressão, como se sabe, foi utilizada, em 1947, por Max Horkheimer e Theodor Adorno, em *Dialektik der Aufklärung*,³ para designar o processo ideológico de reprodução técnica e distribuição em massa de bens artísticos. A mass media trata a cultura como mercadoria e, da mesma forma que a gentrification, orienta sua atuação para as demandas do mercado, cujos usuários são igualmente considerados consumidores. Tanto na indústria cultural como nas políticas urbanas de gentrification, os bens artísticos e o patrimônio cultural são tratados como mercadoria, sujeita à racionalidade econômica das trocas. Uma observação de Horkheimer e Adorno sobre a transformação da arte em produto de consumo sintetiza a aproximação entre a indústria cultural e as práticas de gentrification: “A verdade, cujo nome real é negócio, serve-lhes de ideologia” (Horkheimer & Adorno, 2000, p. 170). No entanto, duas diferenças básicas distinguem os dois processos. Primeiro, a indústria cultural opera ideologicamente com a idéia de standardização das mercadorias culturais, pensada no contexto da acumulação fordista do capitalismo monopolista, e tendo como alvo um público

3. Publicado no Brasil como *Dialética do Esclarecimento*, por Jorge Zahar Editor (Horkheimer & Adorno, 1985).

consumidor indistinto. A idéia de produção em série é a sua característica básica:

A indústria cultural abusa da consideração com relação às massas para reiterar, afirmar e reforçar a mentalidade destas, que ela toma como dada a priori, e imutável. [...] As massas não são a medida mas a ideologia da indústria cultural, ainda que esta última não possa existir sem a ela se adaptar. (Adorno, 1987, p. 288)

Embora a gentrification possa resultar igualmente em paisagens urbanas estandarizadas, que poderiam ser consumidas por quaisquer pessoas, a lógica da intervenção não se baseia na indistinção de mercadorias voltadas às massas. Pensada no contexto da acumulação flexível, a construção de singularidades atua na diferenciação e a elitização dos espaços urbanos, cujos consumidores, diferentemente das massas, são apenas uma parcela restrita e diferenciada da população. Enfim, enquanto a indústria cultural atua em uma perspectiva de padronização dos gostos e produtos, as práticas de gentrification apostam na singularidade e na diferenciação dos atos de consumo.

Enobrecimento no Recife Antigo: o patrimônio como consumo cultural

No Brasil, uma das mais expressivas experiências de gentrification aconteceu no histórico Bairro do Recife, na capital pernambucana, cujo processo de enobrecimento foi iniciado nos anos 90. O bairro foi o núcleo original da cidade, de onde começaram os primeiros planos urbanísticos do Recife, a exemplo do plano de expansão holandês de Maurício de Nassau, com o engenheiro Peter Post (Freyre, 1996). Durante anos, o porto do bairro foi um dos mais importantes da América, sobretudo no auge do ciclo do açúcar (Bernardes, 1996; Perruci, 1978). Com seus sobrados magros e ruas estreitas, o bairro foi alvo de uma grande reforma no início do século XX, a exemplo das reformas higienistas do Rio de Janeiro que seguiram os princípios parisienses da reforma de Haussmann (Lubambo, 1991; Leite, 2004). Reformado ao estilo da Paris do século XIX, com seus edifícios em estilo eclético, o bairro passou por sua fase de protogentrification

(Smith, 1996) e tornou-se um dos mais sofisticados espaços da cidade, símbolo de uma modernidade tardia que se buscava no Brasil.

No pós-guerra, até meados dos anos 80, o bairro sofreu o mesmo esvaziamento que atingiu a maioria das grandes cidades portuárias do Brasil. Com a perda das funções habitacionais, o bairro tornou-se um espaço inóspito, ponto privilegiado de prostituição e de uma boemia decadente. Nos anos 90, inicia-se o atual processo de enobrecimento ou gentrification do bairro, com a recuperação de parte do seu patrimônio histórico e sua transformação em um espaço extensivo de lazer e consumo para as classes médias.

A fase de enobrecimento do bairro coincide com o desenvolvimento de um novo modelo de preservação do patrimônio histórico no Brasil, cuja principal orientação poderia ser identificada numa sintomática frase do então ministro da Cultura, Francisco Weffort: "O Patrimônio Cultural no Brasil não é só uma questão de cultura, mas também matéria econômica" (Weffort, 1999). Essa relação entre patrimônio e economia não é algo novo nas políticas de preservação. Em um artigo de 1983 sobre Paris, Certeau (1996) ressaltava que a política de renovação de bairros deteriorados remontava à Lei Malraux (1962), cujas estratégias de reabilitação de patrimônio baseavam-se em um tipo de intervenção estética que operava com base em uma lógica do mercado, por meio da reativação do comércio e da valorização imobiliária.⁴ Na Carta de Veneza (1964) e no Encontro de Quito (1967), os órgãos internacionais de preservação também iniciavam a discussão sobre a necessidade de investimentos privados nas práticas de preservação, tendo em vista a escassez dos recursos públicos para o setor. No Brasil, a partir dos anos 70, iniciou-se o processo de descentralização das políticas de

4. A Lei Malraux, alusão a André Malraux, então ministro da Educação e Cultura da França, representou uma importante iniciativa estatal na preservação dos bairros deteriorados (Lei Malraux, 1980). Conforme destaca Perrin (1980), a Lei Malraux inaugura uma nova política de preservação do patrimônio francês, introduzindo uma política de incentivos fiscais aos proprietários que se encarregassem da restauração e antecipando uma prática que seria muito usual no final dos anos 90 nas políticas de gentrification (Perrin, 1980).

patrimônio, até então concentradas no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão do governo federal brasileiro encarregado da política nacional de preservação.⁵ Principalmente em decorrência da impossibilidade de o Iphan manter, com recursos do governo federal, uma agenda atualizada de conservação e manutenção desse patrimônio, a descentralização das políticas de preservação no Brasil representou, como destaca Freitas (1992), uma etapa de transição em que o patrimônio vai sendo incorporado às políticas urbanas, articulado com o desenvolvimento regional e o incremento do turismo.⁶

A tônica central do debate dos anos 70 e 80, entretanto, ancorava-se em uma perspectiva desenvolvimentista, na qual caberia ainda ao Estado o papel central na captação dos recursos e na execução dos projetos. A embrionária noção de sustentabilidade parecia apenas um recurso adicional, uma espécie de salvaguarda financeira para uma constatação que se impunha: mais do que conservar um bem patrimonial, era necessário repensar os seus usos, em razão da necessidade de um determinado bem oferecer suficiente retorno econômico que justificasse um investimento privado.

Nos anos 90, no entanto, ocorreu uma acentuação da perspectiva de preservação voltada para o mercado. A participação do setor privado no gerenciamento das políticas de patrimônio envolve uma complexa alteração do patrimônio, de “bem simbólico” para “mercadoria cultural”. O processo implica formas de

interação baseadas no consumo e pressupõe, em primeiro lugar, uma operacionalização das formas de preservação com base nas necessidades do mercado. Na prática, isso significa uma seleção de bens que potencialmente possam corresponder às expectativas de retorno financeiro dos altos investimentos privados. Sob essa ótica, não é improvável que a escolha se dê menos em virtude dos significados propriamente históricos e arquitetônicos dos bens, do que em razão de uma maior racionalidade econômica dos investimentos. Como consequência mais direta desse tipo de intervenção urbana voltada para o mercado, ocorre a proliferação de serviços e produtos destinados ao consumo, mediante o qual os processos de gentrification sugerem uma elitização desses espaços, ao criarem o que Featherstone chama de “estetização da vida cotidiana” (1995, p.111). Mais do que uma segregação do espaço pelas restrições ao consumo desses produtos e serviços, definida pelo excludente critério de renda, essa “estetização” relaciona-se também a estilos de vida de uma classe média urbana, cujos hábitos e sensibilidades estéticas parecem cada vez mais marcados pela busca mimética de certas áreas públicas que ofereçam, ao mesmo tempo, lazer e segurança.

Essas experiências de “revitalização” têm dividido opiniões e recolocado em destaque conceitos que perpassam o debate sobre patrimônio cultural, tais como identidade, cidadania, memória e democracia. As políticas de patrimônio no Brasil sempre estiveram voltadas à idéia de construção de uma memória nacional (Arantes, 2000), ancoradas em políticas culturais centralizadas pelo Estado e apoiadas em uma concepção do patrimônio como lugar político (para a construção da idéia de nação), articulando uma concepção de espaço público e de cidadania baseada na noção de pertencimento (nationness). O argumento fundamental que justifica as atuais políticas culturais de gentrification continua se baseando no conceito de tradição, embora o altere ao adicionar à idéia de patrimônio nacional uma concepção mercadológica que o considera uma mercadoria cultural. Mais do que supor a eficácia de uma memória compartilhada para ações convergentes no interior de uma nação (ou de uma

5. Criado no governo Getúlio Vargas, pelo do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

6. Um dos marcos desse processo de descentralização foram os Encontros de Governadores (Brasília, 1970 e Salvador, 1971), nos quais foram traçadas novas estratégias de preservação com a participação dos estados. Uma das consequências desse encontro foi a convocação de órgãos financeiros de habitação e turismo, a exemplo do Banco Nacional de Habitação (BNH) e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Dois importantes planos regionais de preservação surgem nesse período: o Programa de Cidades Históricas (PCH), do qual foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, em maio de 1973, e o I Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (Fidem), com base no qual se estruturou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR), em 1978.

localidade que a represente), as práticas de gentrification canalizam a tradição como valor potencial para ações de consumo no interior do mercado. Os projetos contemporâneos de enobrecimento, ao realçarem os aspectos mercadológicos do patrimônio, alteram também o sentido público e político do espaço urbano, ao tomar o cidadão como consumidor, atualizando os nexos entre cultura de consumo e produção de mercadorias na sociedade contemporânea (Featherstone, 1995). Pretendem, portanto, articular um eixo convergente entre tradição e consumo, considerando: (1) os centros históricos como lugares de convergência da população com um passado comum, expressão de uma memória identitária da nação, da tradição e da cidadania, e (2) a intervenção como uma forma de recuperar um espaço urbano como “espaço público” de lazer, entretenimento e consumo da população.

As práticas de enobrecimento no Recife resultaram na criação de um espaço para o “espetáculo urbano”, que iria caracterizar todo o Plano de Revitalização do Bairro do Recife. Este é um indicador importante de uma política de enobrecimento, na medida em que confirma o foco predominantemente econômico das ações previstas, bem como o tipo de uso esperado para cada uma delas. Para viabilizar a implementação da proposta, foram estabelecidos alguns “elementos estruturadores”, dentre os quais se destacam: “economia local com função central plena”, “espaço público para reunião e o espetáculo”, “manutenção e valorização do patrimônio ambiental e cultural”, “recuperação da imagem do bairro” (Ad/Adiper, 1992, p. 37-39). Esses “elementos estruturadores” abrangiam aspectos centrais e convergentes com as políticas de enobrecimento do urbanismo empresarial: a construção de uma nova imagem da cidade, pela valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural e da espetacularização do espaço urbano, como forma de reativar os fluxos de investimentos para a economia local. Essa imagem, construída por meio de uma visão que entende a cultura na perspectiva dos resultados econômicos, e a cidade como empresa, previa a concentração de escritórios de grandes empresas e corporações, reforçando, no bairro, a “imagem de espaço central e nobre da cidade”.

Os quarteirões de animação da Rua do Bom Jesus (principal núcleo da intervenção) foram viabilizados não apenas pelas reformas na estrutura física da área, mas principalmente pela agenda de eventos que a prefeitura passou a manter e que delimitava diferenciadas formas do uso dos lugares. O cultural turn do urbanismo empresarial passou a atuar no Bairro do Recife como mecanismo de legitimação de uma imagem atrativa para o público consumidor, bem como para novos investidores potenciais.

O impacto desses investimentos resultou em uma alteração da paisagem urbana do Bairro do Recife, cuja principal característica, voltada à criação de um mix de consumo e lazer, redesenhou o perfil do lugar: o bairro passou a ser a área de maior concentração relativa de bares e restaurantes na cidade do Recife. Parte da nova imagem construída para o local baseava-se justamente nessa singularidade de ser um dos únicos locais em que o consumidor teria diversas opções em uma área de pequenas dimensões físicas, a exemplo de uma praça de alimentação de um shopping center.

O processo de gentrification que reinventou o Bairro do Recife como lugar deslocou para a esfera do consumo os sentidos tradicionais da sua história. A memória do bairro, inscrita em seu patrimônio edificado e na vida cotidiana dos moradores mais antigos, foi subsumida pelas estratégias de marketing urbano, que equiparam o antigo Povoado dos Arrecifes a um shopping center a céu aberto.

Considerações finais

A dimensão possivelmente alienada do patrimônio retraditionalizado, que sugere a existência de um fetichismo das tradições, relaciona-se à problemática levantada por Giddens (1997), relativa à transformação do patrimônio em relíquias na sociedade pós-tradicional. Para Giddens, essa transformação ocorre quando os costumes locais perdem suas conexões com o presente e tendem a subsistir como uma “reliquia”. Uma das consequências dessa transformação é que a relíquia perde sua relação afetiva com o lugar ao se transformar em um ícone do passado:

Uma relíquia não tem conexão efetiva com a área em que ela existe, mas é produzida como um ícone para observação de qualquer pessoa que deseje visitá-la. Como outras peças de museu, pode estar no lugar em que foi originada, mas este fato tem pouca importância para a sua natureza, que é como de um significante da diferença. Uma relíquia é como um vestígio da memória despojado de suas estruturas coletivas. (Giddens, 1997, p. 126)

Essa concepção de relíquia implica, do mesmo modo, alguma forma de distanciamento do patrimônio com os seus significados do passado, como ressalta igualmente Martín-Barbero:

El pasado deja de ser entonces parte de la memoria, y se convierte en ingrediente del pastiche, esa operación que nos permite mezclar los hechos, las sensibilidades y estilos, los textos de cualquier época, sin la menor articulación con los contextos y movimientos de fondo de esa época. (Martín-Barbero, 2000, p. 142)

A noção apresentada por Giddens, e corroborada por Martín-Barbero, reforça a ideia de Certeau sobre o distanciamento dos sentidos das tradições que as políticas de restauração empreendem, ao aproximar o patrimônio histórico a práticas urbanas que estriam as cidades para as demandas de mercado. Esse duplo processo, que implica destacar a tradição e transformá-la em algo distante do presente, tem como efeito, para Certeau, a segregação urbana: “As ilhotas reabilitadas formam guetos de pessoas abastadas e as ‘curetagens’ imobiliárias se tornam assim ‘operações segregativas’” (Certeau, 1996, p. 196).

O complexo processo de retraditionalização efetivado pelas políticas de gentrification resulta, assim, em um impasse quando o patrimônio se transforma em relíquia. Por um lado, a relíquia ampliaria, segundo Giddens, as possibilidades culturais de percursos nesses pontos estriados e, de outro, restringiria, segundo Certeau, as possibilidades econômicas de certos atores atuarem como sujeitos na transformação desses espaços em lugares. A questão é obviamente complexa e seu debate está aberto.

A “desapropriação de sujeitos”, da qual fala Certeau (1996), refere-se a uma problemática mais ampla do que a simples separação das pessoas dos lugares em que viviam. A sua crítica recai precisamente sobre o aspecto que Giddens também abordou ao se referir às alterações dos costumes locais, transformados em relíquias. O patrimônio histórico aliena-se justamente quando se dissocia das práticas sociais cotidianas (ou costumes locais), mas aliena-se igualmente se não assegurar as condições econômicas de sua permanência.

Por fim, os processos de gentrification operam como fortes indutores de retraditionalização, tendo em vista menos a valorização das culturas locais do que a construção de uma legitimidade política para a sua inserção no mercado dos bens culturais. No entanto, muitas vezes essa retraditionalização só ocorre mediante a transformação do passado em relíquia, fato que igualmente pode sugerir a predominância de aspectos culturais artificialmente selecionados para operar a dupla inserção – simbólica e econômica – do patrimônio cultural enobrecido.

Abstract: This article analyses the contemporary process of transformations of the cultural heritage on commodities, in context of politics of gentrification, having as an empirical reference the case of the old Bairro do Recife (Recife Quarter), in Pernambuco, Brazil. The central argument of the article concern to the process of retraditionalization of the gentrification spaces and the repercussion of qualification of certain urban spaces as public spaces.

Key-words: cultural heritage; gentrification; retraditionalization; public space; old Recife Quarter.

Referências

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – AD/DIPER. Plano de Revitalização – Bairro do Recife. Planejamento Urbano e Economia, v. 1, Recife, 1992.
- ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: COHN, G. (Org.). Comunicação e indústria cultural. 5 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.
- ADORNO, Theodor; HORKMEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

- _____. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massa. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ANDERSON, Benedict. Imagined communities. London: Verso, 1991.
- APPADURAI, Arjun. The social life of things: commodities in cultural perspective. Cambridge: University Press, 1986.
- ARANTES, Antonio A. Paisagens paulistanas: transformações do espaço público. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- ARANTES, Otília. Estratégia fatal. In: ARANTES, C. Vainer; MERICATO, E. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BAUDRILLARD, Jean. Para uma crítica da economia política do signo. Lisboa: Edições 70, 1984.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: FORTUNA, C. (Org.). Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- BERNARDES, Denis. Recife, o caranguejo e o viaduto. Recife: Ed. UFPE, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CANCLINI, Néstor García. El consumo cultural en México. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1993.
- _____. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- _____. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 1997.
- CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DURHAM, Eunice. Texto II. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FEATHERSTONE, Mike. Cultura de consumo e pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- _____. O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora. In: FORTUNA, C. (Org.). Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- FREITAS, Marcelo de Brito A. P. Dos monumentos arquitetônicos aos sítios históricos urbanos: um estudo sobre a evolução do padrão de intervenção estatal nos sítios históricos do Brasil. Recife, 1992. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – UFPE.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. São Paulo: Record, 1996.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS et al. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. Novos Estudos Cebrap, 1995, n. 43. 1995.
- HALL, Stuart. A questão da identidade cultural. Campinas: IFCH-Unicamp, 1995.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: BECK, Ulrich et al. Modernização reflexiva. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- LEITE, Rogerio Proença. A nação como sistema e os novos nacionalismos. Cedec, Lua Nova, n. 44, 1998.
- _____. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 49, 2002.
- _____. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- LUBAMBO, Cátia Wanderley. O Bairro do Recife: entre o corpo santo e o marco zero. Recife: Cepe/ Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dislocaciones del tiempo y nuevas topografías de la memoria. In: HOLLANDA, H. B.; RESENDE, B. Artelatina: cultura, globalização e identidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.
- MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. Seminário Internacional História e Energia. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo, 2000.
- PCR/URB/DPE. Bairro do Recife: Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano/ Programa MINC/IPHAN/BID. Recife, 1997.
- PCR/URB/ERBR. Fórum Bairro do Recife. Recife, 1998.
- PCR/URB/ERBR. Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife – Dentro de Portas. Recife, 1998.

PERRIN, Jean-Bernard. O exemplo francês de proteção, do remanejamento e da valorização do patrimônio histórico urbano. In: PRÓ-MEMÓRIA-SPAHN-MEC. Restauração e revitalização de núcleos históricos: análise face à experiência francesa. Brasília: Iphan, 1980.

PERRUCCI, Gadiel. A república das usinas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SMITH, Neil. The New Urban Frontier: gentrification and revanchist city. London and New York, Routledge, 1996.

WEFFORT, Francisco. Artigos selecionados. Brasília: Ministério da Cultura, março de 1999.

ZUKIN, Sharon. The cultures of cities. Cambridge: Massachussetts, Blackweell, 1995.